

"A dívida é questão econômica"

por Celso Pinto
de São Paulo

O problema da dívida deve ser tratado exclusivamente como uma questão econômica, e no âmbito das instituições financeiras internacionais. "Os países devedores sofreriam gravíssimas consequências com uma politização (da discussão da dívida)", advertiu ontem David Mulford, subsecretário do Tesouro norte-americano para assuntos internacionais.

Mulford participou ontem de uma entrevista, em circuito fechado via satélite, organizada pelo Serviço de Divulgação e Relações Culturais dos Estados Unidos (Usis), envolvendo a participação de jornalistas em seis capitais: São Paulo, Santiago, Buenos Aires, Caracas, Cidade do México e São Domingos. O tema era a discussão do plano do secretário do Tesouro, James Baker III, para o problema da dívida externa.

Embora o chamado "plano Baker" tenha sido saudado por alguns grandes devedores, inclusive o Brasil, mais pelo sentido político da iniciativa do que por seu alcance econômico, Mulford deixou claro que seus critérios práticos serão essencialmente econômicos. Ele criticou duramente qualquer tentativa de politizar a questão da dívida, o que "apenas criaria um conflito muito grave entre países credores e devedores e entre setores destes próprios países".

O plano apóia-se na aplicação de US\$ 20 bilhões em "dinheiro novo" pelos bancos privados e de US\$ 9 bilhões pelo Banco Mundial e pelo BID, nos próximos três anos, num grupo de quinze países altamente endividados. Em contrapartida, estes países pros-

seguiriam seus programas de ajuste econômico.

Mulford não chegou a esclarecer as várias dúvidas que cercam a viabilização prática desta idéia. Repetiu, em boa medida, conceitos expostos pelo próprio Baker, quando apresentou seu plano, em Seul, há um mês, durante a assembleia anual do FMI e do Banco Mundial.

Os US\$ 20 bilhões atribuídos aos bancos privados correspondem a um aumento bastante moderado em seus empréstimos a estes países, cerca de 2,5% ao ano. Em termos reais, descontada a inflação, isto deverá significar uma queda no valor de suas carteiras de empréstimos. De fato, Mulford lembrou que os capitais dos bancos deverão crescer a uma taxa superior a estes 2,5%, o que tornaria "administrável", para as instituições, carregar estes empréstimos.

OUTRO LADO DA BALANÇA

A crítica que se faz, do outro lado da balança, é que isto faz com que o valor dos recursos envolvidos no plano seja irrisório se comparado às suas ambições. Mulford não chegou a responder diretamente às críticas. Lembrou, contudo, que a expansão de 2,5% é um avanço se comparada à estagnação ou ao decréscimo nos empréstimos registrados nos últimos dezoito meses. Disse que a expectativa do governo norte-americano é que, além destes US\$ 20 bilhões em empréstimos para os quinze devedores, os bancos continuem a emprestar a outros países menores, como a Coreia do Sul.

A administração Reagan "não está inflexível" ao exame de eventuais alterações nos regulamentos bancários, para facilitar o aumento dos empréstimos,

mas Mulford deixou claro que nenhuma alteração está sendo considerada no momento. Aliás, o governo não pretende dar nenhum tipo de incentivo ou garantia como apoio ao plano.

Mulford reafirmou que as bases de negociação e, inclusive, de participação dos bancos continuarão sendo examinadas "caso a caso" e dependentes da existência de condições favoráveis em cada país devedor. Houve progressos no ajuste do setor externo de vários destes países, lembrou ele, mas não em relação aos problemas internos, especialmente a inflação, os déficits públicos e as políticas monetárias.

"AJUSTE ESTRUTURAL"

O "ajuste estrutural" nos países devedores preconizado pelo plano Baker supõe uma redução no papel do Estado, políticas mais abertas para o investimento estrangeiro direto, menos subsídios e medidas anti-inflacionárias mais fortes.

Mulford criticou a pouca atenção dada pelo FMI, até agora, à importância da retomada do crescimento econômico nos países devedores, mas deixou claro que o Fundo continuará a desempenhar papel importante no processo de ajuste. "Nós não diminuímos o papel do FMI, mas incorporamos a presença mais ativa do Banco Mundial", definiu o subsecretário.

Apesar da receptividade no mínimo cautelosa dos bancos ao plano Baker, das ironias desfechadas pelo governo francês, das reservas atribuídas aos japoneses, além do ceticismo velado de grandes devedores, Mulford garantiu que as respostas de todos os envolvidos "têm sido muito positivas".